



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO
ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE 16 DE MAIO DE 2019**

Pelas vinte horas do décimo sexto dia do mês de maio do ano de dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, em sessão ordinária (2ª reunião), nas instalações da Junta de Freguesia – sala da Assembleia, sitas na Rua António Saúde, 13, em Lisboa. -----

Estiveram presentes: -----

PS – PARTIDO SOCIALISTA -----

Luís Filipe Gomes Ferreira -----

Óscar Bruno Coelho Antunes -----

Deldina Filomena Fontes Barroso -----

João António Pereira Calheiros -----

Sebastião José Gonçalves Carqueja -----

Maria da Conceição Adão Cardoso -----

Francisco José Gomes Guerreiro Patrício Álvares -----

António Ramos Catraia -----

João Carlos Loureiro Cardoso -----

PPD/PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA -----

Luís Filipe da Costa Vieira da Silva -----

Ana Sofia de Oliveira Branco -----

Pedro Afonso de Albuquerque Amaral e Almeida -----

Miguel Alexandre Ayres de Mendonça Cardoso Matias -----

Ana Maria da Mota Monteiro -----

CDS-PP.MPT.PPM – NOSSA LISBOA -----

Nuno Ricardo Araújo de Brito -----

Alexandra do Almurtão Coelho Lourenço Jóia -----

Luís Carlos Vaz Ribeiro -----

PCP-PEV – CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA -----

Helena Maria Caetano da Silva Damas Barros -----

BE – BLOCO DE ESQUERDA -----

Ana Sofia Mealha Afonso Cortes -----

Pedidos de substituição: -----

PS – PARTIDO SOCIALISTA -----

Amílcar Francisco Albuquerque dos Santos -----

Daniel Alexandre Brás Magalhães Nunes -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Isabel Maria Dionísio da Silva Mendes -----

Ana Paula da Conceição Barbosa -----

Manuel Maria Pinto Coelho Amaro de Oliveira -----

PPD/PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA -----

Rui Alexandre Leal dos Santos Leitão Marques -----

CDS-PP.MPT.PPM – NOSSA LISBOA -----

Luís Filipe da Silva Neto -----

O **Presidente da Mesa** da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, Pedro Amaral e Almeida, passados que foram os quinze minutos de tolerância do regimento, deu início à sessão, cumprimentando todos os presentes, e passando a ler a ordem de trabalhos que foi afixada por Edital: -----

Ponto 1. Discussão e deliberação sobre a PROPOSTA N.º 11/2019 – Prestação de Contas e Inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais da Freguesia, relativos ao ano de 2018; -----

Ponto 2. Discussão e deliberação sobre a PROPOSTA N.º 12/2019 – 2.ª Revisão Orçamental de 2019; -----

Ponto 3. Discussão e deliberação sobre a PROPOSTA N.º 13/2019 – 2.ª Revisão do Plano Plurianual de Investimentos de 2019; -----

Ponto 4. Discussão e deliberação sobre a PROPOSTA N.º 14/2019 – Protocolo de colaboração com a Casa de Goa, Associação de Goa, Damão e Diu; -----

Ponto 5. Discussão e deliberação sobre a PROPOSTA N.º 15/2019 – Protocolo de colaboração entre a Freguesia de São Domingos de Benfica e a Universidade Católica Portuguesa, no âmbito da ação social; -----

Ponto 6. Discussão e deliberação sobre o Contrato Interadministrativo de Cooperação a celebrar com o Município de Lisboa no âmbito da utilização das infraestruturas e recursos ao nível da higiene urbana (limpeza das vias e espaços públicos); -----

Ponto 7. Informação escrita do Presidente da Junta relativa ao 4.º trimestre de 2018. -- Nada havendo a registar neste ponto prévio, os trabalhos da Assembleia de Freguesia foram retomados no exato ponto em que se encontravam aquando da conclusão da sessão ordinária realizada no dia 29 de abril de 2019. -----

1. Discussão e deliberação sobre a PROPOSTA N.º 11/2019 – Prestação de Contas e Inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais da Freguesia, relativos ao ano de 2018 -----

Toma a palavra **Mário Rui Santos**, vogal da Junta de Freguesia, que passou a apresentar este ponto da ordem de trabalhos, realçando alguns dos pontos mais relevantes do relatório de prestação de contas referente ao ano de 2018. O Orçamento aprovado para 2018 ascendia a seis milhões, trezentos e sessenta e quatro mil euros



(6.364.000€), relativamente ao qual se atingiu uma execução de receita de cinco milhões, oitocentos e trinta e quatro mil euros (5.834.000€), resultando num grau de execução de noventa e um vírgula sessenta e sete por cento (91,67%), e uma execução de despesa de cinco milhões, duzentos e quatro mil euros (5.204.000€), com uma taxa de execução de oitenta e um vírgula setenta e oito por cento (81,78%). Desta execução resultou um saldo operacional de seiscentos e vinte e nove mil euros (629.000€), que somado a um saldo de tesouraria de vinte e três mil, oitocentos e cinquenta e três euros (23.853€), resultou num saldo de gerência de seiscentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e sessenta e cinco euros, e quarenta e nove centésimos (653.465,49€). Em termos de receita, as rubricas com maior impacto dizem respeito às transferências de competências da DGAL, que ascendem a cerca de três milhões e novecentos mil euros (3.900.000€) – cerca de sessenta e seis por cento (66%) do valor orçamentado. No capítulo da despesa, os encargos com pessoal absorvem a maior fatia dos recursos, num valor a rondar os dois milhões, quatrocentos e quarenta e um mil euros (2.441.000€) – cerca de quarenta e seis vírgula nove por cento (46,9%) do Orçamento global. Comparativamente ao ano de 2017, a despesa em 2018 decresceu cerca de dez vírgula nove por cento (10,9%) – seiscentos e cinco mil euros (605.000€) – em linha com a variação da receita, que se cifrou numa redução de dez vírgula quarenta e três por cento (10,43%). Por fim, relativamente à solidez financeira da instituição, sublinhou que o rácio de solvabilidade em 2018 se situou nos sessenta e dois vírgula nove por cento (62,9%), com uma autonomia financeira de cento e sessenta e nove por cento (169%). -----

Aberta a discussão sobre este ponto, toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que solicitou alguns esclarecimentos adicionais no capítulo da despesa, uma vez que os números apontam que as remunerações correspondem a dezoito por cento (18%) do Orçamento, enquanto os fornecimentos e serviços externos ascendem a sessenta e sete por cento (67%) do Orçamento, valor considerado excessivamente elevado. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que da análise ao relatório começou por sublinhar a ausência de execução orçamental nas rubricas de despesa associadas a mercados e instalações. Salientou algumas outras situações que lhe suscitaram dúvidas, como o facto de sessenta e dois por cento (62%) das dívidas de terceiros dizerem respeito a clientes de cobrança duvidosa, ou a circunstância de terem sido assinaladas quarenta e uma situações pelo Fundo de Emergência Social, sendo que apenas doze foram efetivamente apoiadas. Referiu ainda que dos cento e cinquenta e seis cidadãos encaminhados para o Gabinete de Emprego, somente trinta encontraram colocação no mercado de trabalho. Seguidamente, questionou se o Parque do Calhau será cedido ao Agrupamento de Escuteiros, se já existe uma previsão



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

para a requalificação do Mercado de São Domingos de Benfica, e se as obras do Mercado de S. João terão início em breve. Concluindo a sua intervenção, declarou que o Bloco de Esquerda irá votar contra o relatório apresentado, não só pela inexistência de execução de investimentos no Mercado, mas também pelo grau de autonomia financeira da Junta de Freguesia continuar situado nos sessenta por cento (60%). ----- Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que introduzindo a sua intervenção, lembrou que aquando da viabilização do Orçamento para 2018, aprovado com a abstenção do PSD, a sua Bancada declarou que iria estar particularmente atenta à execução deste Orçamento. Chegada a altura de analisar o relatório e retirar algumas conclusões, começou por assinalar o brutal consumo de água nos espaços verdes, tendo o Executivo cabimentado no Orçamento inicial trinta mil euros (30.000€) nesta rubrica, a qual veio a ser aumentada em trezentos e oito por cento (308%), com noventa e dois mil euros (92.000€) adicionais. Visto que em 2017 o valor despendido nesta área foi muito similar, questionou quais as razões que levaram o Executivo a inscrever uma verba de apenas trinta mil euros (30.000€) no Orçamento inicial, documento que se pretende que seja o mais rigoroso e realista possível. Na rubrica de Administração Central, no referente a trabalhos especializados, foi também inicialmente orçamentada uma verba de quarenta mil euros (40.000€), numa rubrica que no final do ano teve um incremento na ordem dos cento e trinta e sete por cento (137%), ascendendo a uma despesa de noventa e cinco mil euros (95.000€). Relativamente aos caminhos do Parque Bensaúde, existe igualmente uma diferença considerável, na ordem dos cento e sessenta e um mil euros (161.000€), entre o Orçamento inicial e aquilo que foi efetivamente gasto, pelo que solicitou também um esclarecimento sobre esta matéria. Em contraponto, numa área fundamental como o espaço público, que engloba o rebaixamento de passadeiras e ordenamento de parques, a verba inicialmente cabimentada, de cinquenta e quatro mil e quinhentos euros (54.500€), foi reduzida em quarenta e dois por cento (42%), para trinta e um mil, setecentos e trinta e um euros (31.731€). No capítulo das avenças, a despesa associada sofreu um incremento de vinte e cinco por cento (25%), muito superior à média das Autarquias Locais a nível nacional, que de acordo com notícia veiculada, aumentaram em cinco por cento (5%) as despesas com pessoal (avenças incluídas). Na Administração Geral, houve um aumento de quarenta e cinco por cento (45%) – cinquenta e três mil euros (53.000€); nas comunicações e novas tecnologias, a despesa aumentou oitenta e oito por cento (88%) – vinte e dois mil euros (22.000€); a segurança reduziu quinze por cento (15%); a educação aumentou trinta e quatro por cento (34%); a ação social aumentou vinte e sete por cento (27%); espaço público, mobilidade e espaços verdes, quinze por cento (15%); cultura, quarenta e um por cento (41%); na área do desporto e associativismo, o valor



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

inscrito, já de si baixo, na ordem dos dezoito mil euros (18.000€), foi reduzido para apenas cinco mil euros (5.000€). Antes de concluir a sua intervenção, questionou o facto de as rubricas de formação e de medicina do trabalho terem execução zero, visto serem áreas de implementação obrigatória na Junta de Freguesia. -----

Toma a palavra **Mário Rui Santos**, vogal da Junta de Freguesia, que começando por responder ao eleito **Luís Ribeiro**, explicou que as despesas com pessoal mencionadas apenas dizem respeito ao pessoal do quadro, não cabendo nesta rubrica os recibos verdes e avençados. Relativamente à questão colocada pelo Bloco de Esquerda sobre o rácio de empregabilidade, indicou que as candidaturas a emprego obedecem a determinados critérios, e o simples facto de um cidadão apresentar a sua candidatura não significa automaticamente que conseguirá encontrar emprego, daí a discrepância entre o número de candidaturas e o número de pessoas que efetivamente foram colocadas no mercado de trabalho. Quanto ao Parque do Calhau, confirmou que a Casa de Função será cedida aos escuteiros mediante protocolo. Quanto ao projeto para as obras de requalificação do Mercado de São Domingos de Benfica, o mesmo ainda se encontra na posse dos serviços técnicos da Câmara Municipal de Lisboa, sendo expectativa da Junta de Freguesia que esta empreitada possa avançar com a brevidade possível. Passando para as questões colocadas pela Bancada do Partido Social Democrata, assinalou que existiu efetivamente uma discrepância no cálculo inicial do consumo de água nos espaços verdes, lapso que foi posteriormente corrigido no Orçamento. Quanto à rubrica de prestações de serviço, cuja verba aumentou de quarenta mil (40.000€) para noventa e cinco mil euros (95.000€), esclareceu que embora integre a Administração Geral, esta diz respeito a prestações de serviço genéricas na Junta de Freguesia, e não exclusivas ao serviço de Administração Geral. Relativamente ao Parque Bensaúde, revelou desconhecer qualquer alteração ao valor inicialmente previsto. Quanto à área das comunicações, explicou que face aos aumentos que se têm verificado recentemente, a Junta de Freguesia está a reavaliar todos os contratos, de modo a poder alcançar alguma poupança nesta área. Em relação à formação certificada, clarificou que esta é ministrada mediante protocolos com a Câmara Municipal de Lisboa, sem custos para a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, razão que explica a execução nula nesta rubrica. Por fim, indicou que os custos relativos à medicina no trabalho já estão incluídos na própria rubrica de despesa de pessoal. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que em complemento, começou por se manifestar surpreendido com a questão colocada pela eleita do Bloco de Esquerda relativamente ao Mercado de São João, o qual foi recentemente sujeito a pequenas reparações, atualmente concluídas, pelo que apelou a uma análise mais



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

ponderada das questões a colocar em Assembleia, evitando-se assim desperdiçar tempo precioso com questões sem sentido. Revelou-se igualmente surpreendido pelo facto de o eleito Miguel Matias aparentemente não ter conhecimento de que a formação certificada dos colaboradores da Junta de Freguesia é feita através dos serviços sociais da Câmara Municipal de Lisboa, mediante protocolo estabelecido entre autarquias, sendo esta uma área em que a Junta de Freguesia pretende reforçar a sua aposta. Relativamente às críticas com as elevadas despesas em comunicações, revelou que quando o atual Executivo iniciou funções, a Junta de Freguesia apresentava uma fatura de mais de setenta mil euros (70.000€), em comunicações, sendo que até ao momento foi já possível reduzir esta despesa pela metade. Porém, ciente de que será possível reduzir ainda mais os custos, foi encetado um processo negocial com as várias operadoras, que tem também em vista a melhoria da qualidade do serviço prestado. --- Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que agradecendo as explicações fornecidas, esclareceu que em momento algum fez referência a despesas com comunicações móveis, mas sim ao incremento de oitenta e oito por cento (88%) em avenças na rubrica afeta a comunicação e novas tecnologias, face aos vinte e cinco mil euros (25.000€) originalmente inscritos. Na sequência dos esclarecimentos prestados acerca da área formativa, solicitou ao Executivo a apresentação e distribuição dos planos de formação dos colaboradores da Junta de Freguesia referentes aos anos de 2018 e 2019, os quais certamente estarão elaborados, uma vez que englobam o plano de certificação de qualidade da Junta de Freguesia, que incide sobre as áreas dos espaços verdes e higiene urbana. Em relação à despesa prevista com água em espaços verdes, uma vez mais questionou como foi calculado o valor inicialmente cabimentado, de trinta mil euros (30.000€), indagando se a Junta de Freguesia tinha reais expetativas de reduzir os consumos de água de cento e trinta mil euros (130.000€), em 2018, para trinta mil euros (30.000€) em 2019. Em relação aos caminhos do Parque Bensaúde, declarou que a diferença de valores pode ser facilmente constatada se comparado o Orçamento inicial, com uma rubrica dotada de duzentos e trinta mil e quinhentos euros (230.500€), com o relatório ora apresentado, em que consta uma dotação na ordem dos trezentos e noventa e dois mil euros (392.000€), surpreendentemente com uma execução nula. Relativamente à medicina no trabalho, questionou por que razão se abre e cabimenta esta rubrica específica, se as despesas são posteriormente englobadas na rubrica de encargos com pessoal. Por fim, deu nota de que não foi respondida a questão colocada sobre a execução de passadeiras, área em que apenas se gastaram cerca de trinta e um mil euros (31.000€) dos cinquenta e quatro mil (54.000€) cabimentados – execução de quarenta e dois por cento (42%). -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Para resposta, toma a palavra **João Dias**, vogal da Junta de Freguesia, que esclareceu que estava previsto que os caminhos do Parque Bensaúde fossem intervencionados em 2018; porém, motivos relacionados com a elaboração dos projetos e lançamento dos concursos fizeram com que a obra só arrancasse em 2019, razão pela qual a verba cabimentada no Orçamento para 2018 não foi executada. Quanto à diferença entre os valores cabimentados no Orçamento inicial e final, prende-se com algumas retificações que foram efetuadas ao projeto original – decorrente de um contrato de delegação de competências – por forma a cobrir toda a área do parque. No respeitante às passadeiras, lembrou tratar-se de uma competência da Câmara Municipal de Lisboa que estaria a ser assumida pela Junta de Freguesia, tendo os trabalhos sido interrompidos aquando da negociação do contrato de delegação de competências para a Junta de Freguesia nesta área, razão pela qual não foi executada a totalidade da verba cabimentada. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que no respeitante ao aumento verificado no capítulo das avenças, fez notar que quando o atual Executivo tomou posse, a Junta de Freguesia contava apenas com dois técnicos superiores, tendo sido tomada a opção política – que será devidamente julgada em momento oportuno – de dotar a Junta de Freguesia com mais profissionais externos qualificados. Manifestou a sua plena convicção de que sem o trabalho qualificado destes prestadores de serviços, a Junta de Freguesia cessaria funções, pelo que expressou o seu orgulho pelo quadro de pessoal de que a Junta de Freguesia atualmente dispõe, adequado para a prestação de um serviço de qualidade à população nas diferentes vertentes. Na sequência das críticas relativas a um aumento da despesa com pessoal, fez notar que existem Vogais no Executivo que não auferem qualquer compensação financeira. Salientou ainda a qualidade do trabalho efetuado pelos colaboradores da Junta de Freguesia, destacando a título de exemplo o empenho e dedicação dos colaboradores afetos à área da ação social. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que na sequência dos esclarecimentos prestados acerca da área da formação, questionou se a Junta de Freguesia tem protocolos firmados ou estabeleceu contatos com o Centro de Estudos e Formação Autárquica, sediado em Coimbra. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que respondendo à questão colocada, confirmou que a Junta de Freguesia tem protocolos estabelecidos com o Centro de Estudos e Formação Autárquica, acrescentando que sempre que a Câmara Municipal de Lisboa comunica a realização de ações formativas em áreas específicas, a Junta de Freguesia elenca um determinado número de colaboradores para estarem presentes nessas ações. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que uma vez mais fez notar a ausência de resposta concreta em relação à diferença entre a verba cabimentada para consumo de água em espaços verdes e o valor efetivamente despendido. Perguntou também se o Executivo poderá comprometer-se com uma data para a disponibilização aos membros da Assembleia dos planos de formação referentes aos anos de 2018 e 2019, salientando que pelo menos na área da higiene urbana, sendo este um serviço de qualidade certificada, estes planos de formação têm necessariamente de estar elaborados. -----

Para resposta, toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que explicou que a verba cabimentada na rubrica de consumos de água foi calculada em função do número de contadores a cargo da Junta de Freguesia e do custo da água, o qual sofre um incremento, que não terá sido devidamente acompanhado pela Câmara Municipal de Lisboa, que inclusivamente passou subliminarmente doze contratos adicionais para a responsabilidade da Junta de Freguesia, com reflexos nos consumos. Revelou que no primeiro ano em que se efetivaram os contratos de delegação de competências na gestão e manutenção de espaços verdes, nenhuma Junta de Freguesia tinha conhecimento cabal dos custos envolvidos, em especial no que concerne aos consumos de água, podendo atualmente concluir-se que as verbas transferidas pela Câmara Municipal de Lisboa não suportam nem metade desta despesa. Congratulando-se com a proatividade e eficiência evidenciadas pelos serviços da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica – reconhecida externamente, tendo a freguesia se fixado no segundo lugar num *ranking* que avalia a gestão das Juntas de Freguesia em termos de manutenção de espaços verdes – referiu que foi feito um esforço para aferir as razões para os elevados índices de consumo de água, tendo sido descoberta uma rutura na Escola António Nobre, bem como uma ligação ilegal na Escola Frei Luís de Sousa, em que a água do sistema estaria a ser canalizada para regadio. Seguidamente, deixando a garantia de que a Junta de Freguesia está a aproveitar todas as oportunidades formativas que surgem, visando a contínua qualificação dos seus recursos humanos, disponibilizou-se para remeter informação relevante aos membros da Assembleia sobre as ações de formação que se realizaram até ao momento. Concluiu a sua intervenção declarando que o relatório de contas foi elaborado de forma totalmente rigorosa, responsável e transparente, estando aberto a todas as críticas e questões pertinentes que os membros da Assembleia entendam colocar, em especial da parte dos eleitos da Bancada do Partido Social Democrata, caso entendam que as contas apresentadas não têm aderência ao Orçamento que viabilizaram com a sua abstenção. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que agradecendo uma vez mais as explicações dadas, sugeriu ao Executivo que elabore um plano de formação efetivo que leve em conta as reais necessidades de formação dos colaboradores nas mais diversas áreas –



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

incluindo aqueles trabalhadores com vínculo precário que serão integrados no quadro de pessoal da Junta de Freguesia, de acordo com o Orçamento para 2019 viabilizado pela coligação PS/CDS-PP – visando a sua progressão e qualificação, e permitindo desta forma um acompanhamento e fiscalização mais próximos por parte dos membros da Assembleia de Freguesia. Concluindo a sua intervenção, referiu não ter sido dada uma justificação plausível para a abertura de uma rubrica para medicina no trabalho, sendo que aparentemente esta não é utilizada. -----

Para resposta, toma a palavra **Mário Rui Santos**, vogal da Junta de Freguesia, que explicou que a rubrica referente à medicina no trabalho foi aberta tendo em consideração a intenção da Junta de Freguesia de contratar uma empresa externa para fornecer este serviço, o que não veio a concretizar-se, mantendo-se este serviço centralizado na Câmara Municipal de Lisboa. Acrescentou que os serviços de medicina interna da Câmara Municipal de Lisboa englobam as contribuições sociais afetas às despesas com pessoal. -----

Não havendo mais intervenções, foi posto a votação o presente ponto, sendo os documentos de Prestação de Contas e Inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais da Freguesia, relativos ao ano de 2018, aprovados por maioria (*votos favoráveis do PS, votos contra da CDU e BE, e abstenções do PSD e CDS-PP*). -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que apresenta uma declaração de voto, na qual refere que a Bancada do CDS-PP optou pela abstenção na presente deliberação por entender que a sua função fiscalizadora da atividade do Executivo ultrapassa o âmbito do relatório apresentado, sendo impelido a reconhecer, enquanto membro eleito para a Assembleia de Freguesia desde 2013, o mérito do trabalho realizado pelo Executivo, de acordo com as opiniões e sensibilidades que vão sendo colhidas entre a população. Não deixou de fazer notar, porém, que o Orçamento a que reporta a presente prestação de contas não foi viabilizado com a abstenção da Bancada do CDS-PP. -----

Toma a palavra **Helena Barros**, do PCP, que apresenta uma declaração de voto, referindo que o sentido de voto da sua bancada é coerente com aquele que foi o posicionamento político aquando da aprovação do Orçamento da Junta de Freguesia para 2018. -----

2. Discussão e deliberação sobre a PROPOSTA N.º 12/2019 – 2.ª Revisão Orçamental de 2019 -----

O Presidente da Mesa deu a palavra a **Mário Rui Santos**, vogal da Junta de Freguesia, que passou a apresentar este ponto, realçando a necessidade de inclusão do saldo de gerência no Orçamento para 2019, bem como de fazer refletir em Orçamento os valores constantes dos contratos de delegação de competências celebrados com a Câmara Municipal de Lisboa. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que colocou algumas questões ao Executivo, a saber, em que se traduzem as denominadas receitas de serviços recreativos, a que respeita o reforço de cerca de dezanove mil euros (19.000€) em pequenas reparações, e se a verba cabimentada na rubrica de equipamento informático, de cerca de dezasseis mil euros (16.000€), se reporta à renovação de equipamentos ou *software*. Solicitou também esclarecimentos acerca do reforço de determinadas rubricas de despesa, entre as quais a comunicação (30.000€), outros trabalhos especializados (24.000€), contratação de pessoal em regime de avença (24.000€), locação de outros bens (14.305€), transportes (30.000€), direitos sociais no âmbito do contrato de delegação de competências (80.000€), manutenção de áreas ajardinadas (68.000€) – questionando se este reforço de verbas está relacionado com os contratos de delegação de competências firmados com a Câmara Municipal de Lisboa – avenças (37.000€), pequenas reparações (13.000€) e contratos de tarefas e avenças (16.000€). -----

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que recordando que todas as alterações orçamentais propostas pelo Executivo devem obrigatoriamente ser discutidas e deliberadas pela Assembleia de Freguesia, questionou por que razão esta revisão é enumerada como sendo a segunda, quando não foi anteriormente apresentada qualquer outra revisão orçamental para apreciação do órgão deliberativo. -----

Toma a palavra **Helena Barros**, do PCP, que questionou a justificação para a presente revisão orçamental contemplar uma alteração global no montante de novecentos e cinquenta mil, duzentos e oito euros (950.208€), quando os pontos aprovados na anterior sessão da Assembleia de Freguesia, referentes a contratos de delegação de competências, preveem uma verba total que ascende a um milhão, cento e oitenta e um mil e duzentos euros (1.181.200€). -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que chamando a atenção para o reforço da verba afeta à instalação de campos de padel no Parque Bensaúde, lembrou que em Assembleias anteriores havia questionado a viabilidade deste projeto, pelo que passou a reiterar as questões referentes ao número de campos a instalar, qual o investimento e rentabilidade previstos e se a sua gestão e manutenção será delegada a entidades externas. -----

Toma a palavra **Mário Rui Santos**, vogal da Junta de Freguesia, que começando por esta última questão colocada pelo eleito do CDS-PP, explicou que enquanto o projeto para instalação de um campo de padel não for anulado ou substituído por outro, terá que necessariamente continuar a constar do Orçamento, visto que as verbas afetadas a este projeto não poderão ser distribuídas por outras rubricas. Respondendo à eleita Helena Barros, indicou que os valores contemplados na revisão orçamental proposta são aqueles que o Executivo prevê despender face aos contratos de delegação de



Handwritten initials or signature in the top right corner.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

competências aprovados, e não necessariamente a totalidade das verbas que estes contratos estabelecem. Respondendo à eleita Ana Cortes, esclareceu que a maioria das rubricas reforçadas está relacionada com a introdução das verbas definidas nos contratos de delegação de competências aprovados. Quanto ao reforço da rubrica referente a equipamentos informáticos, este fica a dever-se à necessidade de proceder a uma atualização de todo o parque informático da Junta de Freguesia. -----

Toma a palavra **Raquel Albuquerque**, Contabilista certificada da Junta de Freguesia, que em complemento, e à semelhança dos esclarecimentos prestados no ano transato, explicou que como o Orçamento para 2019 só foi aprovado no corrente ano, para efeitos técnicos e informáticos, no que concerne à incorporação em sistema das diferentes rubricas, a sua aprovação é contabilizada como se de uma primeira revisão orçamental se tratasse, razão pela qual a revisão em apreço é apresentada como uma segunda revisão. Por fim, justificou o diferencial na ordem dos cento e cinquenta mil euros (150.000€) verificado na rubrica de higiene urbana com o facto de, em termos de receita, essa verba oriunda da Câmara Municipal de Lisboa já estar originalmente contemplada no Orçamento inicial para 2019. -----

O **Presidente da Mesa**, no uso da palavra, declarou que embora compreenda a especificidade técnica, certo é que a aprovação do Orçamento para 2019, na sua versão inicial, não foi legalmente classificada como uma primeira revisão orçamental. -----

Não havendo mais intervenções, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de 2.^a Revisão Orçamental de 2019 aprovada por maioria (*votos favoráveis do PS, votos contra da CDU e BE, e abstenções do PSD e CDS-PP*).

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que apresenta uma declaração de voto, na qual refere que o Bloco de Esquerda votou contra a revisão orçamental proposta pelo facto de esta contemplar um reforço de despesas com avenças, em detrimento de procedimentos de contratação pública. Por outro lado, não se encontra especificado o âmbito e o alcance das tarefas classificadas como outros trabalhos especializados. -----

3. Discussão e deliberação sobre a PROPOSTA N.º 13/2019 – 2.^a Revisão do Plano Plurianual de Investimentos de 2019 -----

O Presidente da Mesa deu a palavra a **Mário Rui Santos**, vogal da Junta de Freguesia, que passou a apresentar este ponto, explicando que a revisão ao Plano Plurianual de Investimentos fica a dever-se igualmente à integração do saldo de gerência e dos valores constantes dos contratos de delegação de competências previamente aprovados. -----

Não havendo intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de 2.^a Revisão do Plano Plurianual de Investimentos de 2019



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

aprovada por maioria (*votos favoráveis do PS, votos contra da CDU e BE, e abstenções do PSD e CDS-PP*). -----

4. Discussão e deliberação sobre a PROPOSTA N.º 14/2019 – Protocolo de colaboração com a Casa de Goa, Associação de Goa, Damão e Diu -----

O Presidente da Mesa deu a palavra a **Cristina Valério**, vogal da Junta de Freguesia, que passou a apresentar este ponto, explicando que na sequência de solicitação da associação supramencionada, a Câmara Municipal pretende com este protocolo formalizar a colaboração informal que a Autarquia presta no desenvolvimento e programação de atividades culturais, com claros benefícios para a associação em termos de eventuais candidaturas a realizar. -----

Aberta a discussão sobre este ponto, toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que considerando a apresentação da vogal Cristina Valério algo vaga, solicitou uma explicação mais detalhada sobre em que consiste o protocolo proposto, quais as competências que esta associação irá assumir e qual o valor que o seu trabalho acrescentará à população, não deixando de ressaltar tratar-se de uma associação externa à Freguesia de São Domingos de Benfica, o que sempre causa algumas reservas, tendo em conta a intenção de priorização das associações locais. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que questionou qual o apoio técnico que a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica irá prestar à associação mencionada mediante a celebração do protocolo em apreço, e de que forma é que este poderá ser utilizado pela Junta de Freguesia para promover uma sociedade multicultural. -----

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que solicitou uma explicação mais cabal acerca de uma obrigação da Junta de Freguesia para com a Associação de Goa, Damão e Diu, conforme estipulada em protocolo, a saber, a prestação de apoio técnico à Casa de Goa, beneficiando da sua experiência na área social e cultural, em condições a acordar casuisticamente. -----

Para resposta, toma a palavra **Cristina Valério**, vogal da Junta de Freguesia, que começou por informar que a Presidente da Casa de Goa colabora igualmente com uma das associações integrada na Casa da Cidadania. Acrescentou que a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica está a estudar a possibilidade de poder realizar um festival de música e de gastronomia, o que iria ao encontro da metodologia da Associação de Goa, Damão e Diu, que promove várias atividades com cidadãos seniores, de intercâmbio entre freguesias, que também incluem partilhas gastronómicas. No entanto, esta associação privilegia a colaboração com entidades com as quais possui um protocolo formal, razão pela qual foi proposto o protocolo em apreço, o que abriria à Junta de Freguesia algumas portas para organização de alguns



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

projetos interessantes junto da população. Por conseguinte, o apoio técnico prestado por esta associação refere-se exatamente a esta partilha do *know how* e da experiência que esta adquiriu com o desenvolvimento de projetos semelhantes. No caso concreto da Freguesia de São Domingos de Benfica, existe a intenção de aproveitar o espaço da Quinta da Alfarrobeira para atividades culturais, nas vertentes da música e dança, o que se relaciona com o enriquecimento cultural que se pretende para a freguesia, e contribui para tornar a Quinta da Alfarrobeira um espaço verdadeiramente multicultural. Concluiu a sua intervenção informando que todos os eventos a organizar por via deste protocolo serão públicos, abertos a toda a população e serão devidamente publicitados. -----

Toma a palavra **Alexandra Jónia**, do CDS-PP, que começando por ressaltar o quão caro é para si o projeto da Casa da Cidadania, questionou se a realização de duas atividades anuais realmente torna indispensável a celebração de um protocolo formal, e quais os custos efetivos que este terá para a Junta de Freguesia. Perguntou também se as instalações da Junta de Freguesia serão igualmente utilizadas para as atividades culturais que se pretendem organizar. -----

Toma a palavra **Cristina Valério**, vogal da Junta de Freguesia, que respondendo às questões colocadas, informou que a Junta de Freguesia não terá quaisquer custos com as atividades culturais a realizar, além da disponibilização do espaço e o natural apoio logístico. Salientou, porém, o quanto estas atividades enriquecem a freguesia, traduzindo-se numa oferta cultural diferenciada para a população. -----

Não havendo mais intervenções, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de Protocolo de colaboração com a Casa de Goa, Associação de Goa, Damão e Diu aprovada por maioria (*votos favoráveis do PS, CDS-PP e BE, e abstenções do PSD e CDU*). -----

5. Discussão e deliberação sobre a PROPOSTA N.º 15/2019 – Protocolo de colaboração entre a Freguesia de São Domingos de Benfica e a Universidade Católica Portuguesa, no âmbito da ação social -----

O Presidente da Mesa deu a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia**, que apresentando este ponto, manifestou a sua confiança de que a Freguesia de São Domingos de Benfica irá retirar dividendos significativos deste protocolo a médio e longo prazo, sendo a parceria com a Universidade Católica Portuguesa um importante e útil instrumento para enriquecer a área da ação social na freguesia. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que assinalou que o direito do voluntariado prevê um conjunto de normas legais que defendem os direitos e deveres de quem exerce o voluntariado, prevendo igualmente a inclusão do tempo despendido neste tipo de atividades na vida profissional, associado ao direito do trabalho no âmbito da conciliação do voluntariado com a vida profissional, sem perda de rendimento. Com



isto em mente, questionou quais as atividades que seriam definidas para os estagiários que forem selecionados por via do protocolo em apreço. -----

Toma a palavra **Helena Barros**, do PCP, que como nota prévia, declarou que o PCP reconhece a mais valia do trabalho voluntário, quer a nível da freguesia, quer numa vertente mais ampla. No entanto, fez notar que a atividade voluntária em causa integra uma disciplina com componente teórica e prática, pelo que poderá esta atividade classificar-se como um estágio. Como tal, e sendo a Universidade Católica Portuguesa a única responsável pelos seus alunos, questionou como se irá processar em termos práticos o encaminhamento destes alunos e a definição das funções que estes irão exercer. Mais indagou por quanto tempo se prolongará este estágio, e qual será a entidade que orientará o mesmo, Junta de Freguesia ou Universidade Católica Portuguesa. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que manifestou o seu particular regozijo pelo facto de o protocolo em apreço estar a ser celebrado com uma entidade sedeadada na freguesia, neste caso uma entidade privada e universidade de renome, cuja dimensão e relevância ultrapassam as fronteiras da própria freguesia. Sendo o CDS-PP um forte defensor da iniciativa privada, não poderiam os seus eleitos deixar de congratular o Executivo por este protocolo, que apenas pecará por tardio. -----

Toma a palavra, para resposta, o **Presidente da Junta de Freguesia**, que comentando a intervenção e as questões colocadas pela eleita do PCP, chamou a atenção para o facto de a Bancada do PCP não ter aprovado nenhuma das propostas apresentadas pelo Executivo à Assembleia de Freguesia, apesar de justificada a sua valia para a freguesia e para a população. Lamentando esta postura, assegurou que o objetivo da Junta de Freguesia ao estabelecer este protocolo com tão prestigiada instituição não passa por qualquer estratégia eleitoralista, mas apenas visa aproveitar a experiência e os conhecimentos desta entidade para enriquecer a vertente da ação social na freguesia. Esclareceu que estando em causa a componente prática de uma disciplina, obviamente a responsabilidade pela orientação do estágio caberá à Universidade Católica. -----

Toma a palavra **Helena Barros**, do PCP, que defendeu o seu pleno direito, enquanto elemento eleita na Oposição, de suscitar questões que considere pertinentes e de expor as críticas que considerar oportunas, não obstante a evidente falta de capacidade do Presidente da Junta de Freguesia para as poder encaixar. Reiterou que o protocolo em apreço faz referência a uma disciplina curricular, com a qual os alunos estão comprometidos, não se tratando, portanto, de um ato de voluntariado no pleno sentido da expressão. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que explicou que já há largos anos a Universidade Católica Portuguesa integrou uma forte componente de voluntariado como fator fundamental para a formação dos seus alunos. Afirmou que este facto poderia certamente conduzir a uma reflexão profunda sobre os benefícios de os alunos, numa fase precoce, poderem ter contato com trabalho voluntário como componente formativa, bem como sobre os reflexos positivos destas iniciativas na sociedade. -----

Toma a palavra **Cristina Parente**, vogal da Junta de Freguesia, que explicou que tem sido prática recorrente do Executivo estabelecer o maior número possível de parcerias válidas com as instituições sedeadas na freguesia, visando a valorização de áreas tão relevantes como a educação ou ação social com a experiência adquirida e partilhada por estas instituições. No caso específico da Universidade Católica, a área curricular há muito atribui grande valor à vivência e experiências diferenciadas que os formandos possam adquirir, destacando-se neste objetivo a componente de voluntariado, que muito enriquece o desenvolvimento humano, psicológico e social dos alunos. Consequentemente, não deixando de estar integrada na área curricular, com todo o formalismo que daí advém, a atividade voluntária visa exclusivamente a valorização do aluno e a dignificação da sua formação. Em termos de orientação do estágio, argumentou que embora a responsabilidade maior seja da entidade formadora (Universidade Católica), esta não deixa de ser de alguma forma partilhada pela Junta de Freguesia e pelas entidades que irão acolher estes alunos e supervisionar as suas atividades, à semelhança do que já acontece no caso dos alunos que se associam à Componente de Apoio à Família. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que em complemento, e respondendo à interpelação da eleita Helena Barros, declarou que se considera um democrata com capacidade para ouvir e acolher todas as críticas construtivas, algo que tem vindo inequivocamente a provar com a sua postura na Assembleia de Freguesia. Uma vez mais lamentou a postura do PCP em relação às várias propostas apresentadas pelo Executivo, embora reconhecendo que a eleita, não obstante o mérito da sua ação como representante de uma prestigiada entidade da freguesia, se encontra de alguma forma condicionada pelo Partido no seu discurso, algo que aparentemente não acontece com as restantes forças partidárias representadas no órgão deliberativo. -----

Toma a palavra **Helena Barros**, do PCP, que não deixando de agradecer as palavras do Presidente da Junta de Freguesia, ressaltou que não se encontra na Assembleia de Freguesia a representar uma qualquer instituição da freguesia, mas o PCP (embora independente), razão pela qual, naturalmente, a sua postura como diretora de um estabelecimento escolar é diferente da sua postura enquanto eleita na Assembleia de Freguesia em representação de uma força partidária. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que questionou se o protocolo em apreciação é destinado aos estudantes de direito da Universidade Católica Portuguesa, questão respondida afirmativamente pelo Presidente da Junta de Freguesia. -----

O **Presidente da Mesa**, usando da palavra, aproveitou para felicitar o Executivo pela iniciativa de promover um protocolo com uma instituição de referência nacional como a Universidade Católica Portuguesa, perspetivando-se que este protocolo possa potenciar outro tipo de parcerias com a Junta de Freguesia. -----

Não havendo mais intervenções, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de Protocolo de colaboração entre a Freguesia de São Domingos de Benfica e a Universidade Católica Portuguesa, no âmbito da ação social aprovada por maioria (*votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP, voto contra da CDU, e abstenção do BE*). ----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que apresenta uma declaração de voto, na qual refere que o voluntariado se insere na dimensão humana e cristã que sempre pautou os valores nos quais o CDS-PP se fundou, destacando a importância de uma ação de total entrega, sem esperar nada em troca, com uma dedicação em prol daqueles que mais precisam de apoio, princípios intrínsecos e transversais à sociedade nos quais o CDS-PP acredita e se revê plenamente, indispensáveis para uma sociedade mais rica, desenvolvida e abnegada. -----

Toma a palavra **Helena Barros**, do PCP, que apresentou igualmente uma declaração de voto, na qual justificou o voto contra do PCP com o facto de o protocolo, do seu ponto de vista, não ser suficientemente claro quanto ao seu objeto. -----

6. Discussão e deliberação sobre o Contrato Interadministrativo de Cooperação a celebrar com o Município de Lisboa no âmbito da utilização das infraestruturas e recursos ao nível da higiene urbana (limpeza das vias e espaços públicos) -----

O Presidente da Mesa deu a palavra a **Mário Rui Santos**, vogal da Junta de Freguesia, que passou a apresentar este ponto, começando por referir que este contrato interadministrativo, por lapso, não foi colocado a votação na anterior sessão da Assembleia de Freguesia. Explicou que os valores contemplados no presente contrato já foram devidamente contabilizados para efeitos de revisão orçamental, sendo este um protocolo que prevê a utilização de verbas recuperadas através da taxa de turismo para reforço da área da higiene urbana, ao nível do acompanhamento de eventos lúdicos e de outras atividades turísticas. -----

Para discussão deste ponto, toma a palavra **Helena Barros**, do PCP, que à semelhança da argumentação utilizada na pretérita sessão da Assembleia de Freguesia, defendeu que todas as valências da higiene urbana deveriam regressar à esfera de influência da Câmara Municipal de Lisboa, ganhando assim maior escala no que respeita aos meios humanos e técnicos necessários para gerir uma resposta mais eficaz em todas as



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

freguesias da cidade, por contraponto com uma solução que visa a divisão deste serviço por vinte e cinco entidades distintas. Por outro lado, declarou que o reforço de verba por parte da Câmara Municipal de Lisboa mais não é do que uma forma de mascarar o facto de que a competência foi transitada para a Junta de Freguesia sem os meios indispensáveis à sua cabal execução. Insistindo em questões anteriormente suscitadas, perguntou qual o plano da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica para superar as manifestas carências que decorrem desta reforma administrativa, quais os mecanismos que serão utilizados para recrutamento de colaboradores, quantos colaboradores serão efetivamente necessários para executar estas competências, que vínculo laboral terão estes, e se o serviço de higiene urbana irá passar a funcionar durante sete dias por semana, e em caso afirmativo, em que regime de horários, e se haverá lugar a turnos e pagamento de horas extraordinárias. Por fim, e apelando a uma resposta concreta em detrimento de uma dissertação sobre o papel dos mesmos, questionou se os sindicatos foram auscultados sobre esta matéria. -----

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que deu nota de que este protocolo, que resulta de uma adenda que a Câmara Municipal de Lisboa decidiu introduzir como forma de dar resposta às reiteradas queixas sobre a higiene urbana na cidade, não terá sido cabalmente explicado pelo tesoureiro da Junta de Freguesia, em especial na vertente da celeuma que terá causado no seio do Executivo. Indicou ser entendimento do Partido Social Democrata que terão sido colocadas a votação três propostas da Câmara Municipal de Lisboa, pelo que, caso tivessem sido seguidos os critérios inicialmente definidos – entre os quais alguns dificilmente quantificáveis – para a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica seria transferida uma verba de cento e noventa e seis mil, oitocentos e quarenta euros (196.840€). Porém, o PSD entende que a Junta de Freguesia não defendeu cabalmente os interesses de São Domingos de Benfica nesta matéria, tendo em consideração que por via da presença do Estádio da Luz, Jardim Zoológico, Museu da Música e outras atrações de relevo, a freguesia será certamente uma das mais visitadas da cidade de Lisboa, pelo que o reforço na higiene urbana por via da captação de uma taxa turística deveria ser mais evidente e assertivo na freguesia. Estando em causa um protocolo que contemplava uma verba global de sete milhões e seiscentos mil euros (7.600.000€), o PSD avançou com uma proposta que garantia para a Freguesia de São Domingos de Benfica uma verba de cento e setenta mil euros (170.000€). Por conseguinte, estando em cima da mesa uma proposta que apenas contempla uma verba de cento e trinta mil euros (130.000€), reforçou o argumento segundo o qual a Junta de Freguesia fracassou em defender os superiores interesses da freguesia, razão pela qual a Bancada do PSD se irá abster na presente deliberação.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que evidenciando uma perspetiva oposta àquela que foi avançada pela Bancada do PSD, declarou que o CDS-PP irá votar favoravelmente a presente proposta, uma vez que se encontra sustentada por estudos técnicos, alcançou um consenso alargado e visa reforçar uma área estruturante para a qualidade de vida da população. -----

Para resposta, toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que, não obstante a sua abertura para acolher quaisquer críticas, lembrou que pela primeira vez a Freguesia de São Domingos de Benfica foi contemplada com uma verba que ascende a duzentos e trinta mil euros (230.000€) para a área da higiene urbana. Recusou liminarmente a crítica sobre a forma como os interesses da Freguesia de São Domingos de Benfica foram defendidos, enaltecendo uma vez mais o facto de nunca antes a Câmara Municipal de Lisboa ter transferido uma verba tão elevada para a área da higiene urbana da Junta de Freguesia, embora consentindo que esta ainda possa ser insuficiente para uma cabal execução das competências em causa. Aditou que o anterior Executivo da Junta de Freguesia nunca efetuou qualquer diligência com o intuito de majorar a verba transferida nesta área, por via do apelo turístico da freguesia, embora os locais mencionados pelo eleito do PSD já fossem à época relevantes atrações turísticas (a título de exemplo, o Museu Cosme Damião foi o museu mais visitado na cidade de Lisboa em 2018). Mais explicou que o presente contrato interadministrativo de cooperação resultou de muitas horas de intensas negociações com a Câmara Municipal de Lisboa, existindo visões completamente distintas acerca da densidade turística da freguesia. Porém, tendo a Junta de Freguesia conseguido negociar verbas adicionais para uma área tão fundamental como a higiene urbana, não poderá agora ser acusada de omissão na cabal defesa dos interesses da freguesia e da sua população, embora reconhecendo que a intenção da Junta de Freguesia passaria por um reforço mais significativo, tendo em consideração que se substitui à Câmara Municipal de Lisboa na higiene urbana nos dias de jogo do Sport Lisboa e Benfica. Quanto à intervenção da eleita Helena Barros, referiu que embora seja entendimento do Partido Comunista Português que as competências em matéria de higiene urbana deveriam voltar para a Câmara Municipal de Lisboa, certo é que a Junta de Freguesia de Carnide, liderada pelo PCP, não se abstém de participar nas negociações que visam a distribuição de verbas pelas freguesias, estando a eficácia da sua postura reivindicativa bem espelhada no facto de a Freguesia de Carnide possuir três pavilhões desportivos, enquanto a Freguesia de São Domingos de Benfica não possui sequer um equipamento desta natureza. -----

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que clarificou que o que está efetivamente a ser discutido é um protocolo que contempla uma verba de cento e trinta mil euros



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

(130.000€), não estando em causa o valor global obtido pela Junta de Freguesia para a área da higiene urbana. Complementando as informações do Presidente da Junta, fez notar ter sido a primeira vez que não só a Freguesia de São Domingos de Benfica, como as restantes vinte e três freguesias, receberam estas verbas acrescidas. Considerando que a verba obtida pela Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica é manifestamente insuficiente, por comparação com outras freguesias com menor densidade turística, reiterou que a Bancada do PSD se irá abster neste ponto da ordem de trabalhos, exatamente para não inviabilizar um protocolo importante para a freguesia. Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que respondendo à intervenção do eleito do PSD, lamentou a evidente renitência em reconhecer que a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica efetivamente obteve uma verba que ascende a duzentos e trinta mil euros (230.000€) para reforçar a área da higiene urbana, com uma componente financeira anterior, na ordem dos cem mil euros (100.000€), que não foi replicada em qualquer uma das outras Juntas de Freguesia da cidade de Lisboa. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de Contrato Interadministrativo de Cooperação a celebrar com o Município de Lisboa no âmbito da utilização das infraestruturas e recursos ao nível da higiene urbana aprovada por maioria (*votos favoráveis do PS e CDS-PP, votos contra da CDU e BE, e abstenções do PSD*). -----

Toma a palavra **Alexandra Jóia**, do CDS-PP, que apresenta uma declaração de voto, na qual justifica o voto favorável da sua Bancada com o facto de a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica terem sustentado a proposta apresentada com estudos técnicos prévios que incidiram sobre as principais necessidades da freguesia, ao contrário do que havia sido efetuado na proposta discutida anteriormente. -----

O **Presidente da Mesa**, no uso da palavra, passou a apresentar uma declaração de voto em nome da Bancada do PSD, na qual argumentou que o PSD se absteve pelas razões evocadas na intervenção do eleito Luís Vieira da Silva, além de a Bancada do PSD estar plenamente ciente de que a recém formada maioria instalada PS/CDS-PP estará articulada para fazer aprovar estas propostas. Não deixando de se congratular pela verba acordada entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, é entendimento do PSD que pela relevância turística de São Domingos de Benfica no contexto da cidade de Lisboa, aliada ao facto de a Junta de Freguesia ser liderada pelo Partido Socialista, esta deveria ter um maior peso político naquilo que é a distribuição de verbas por parte da Câmara Municipal de Lisboa, carência já anteriormente verificada aquando da discussão sobre a questão da EMEL. -----



7. Informação Escrita do Presidente da Junta relativa ao 1.º trimestre de 2019 -----

O Presidente da Mesa deu a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia**, que apresentando a sua informação escrita de forma sucinta – lembrando que o documento está disponível para consulta pública – assegurou que a Junta de Freguesia tem vindo paulatinamente a cumprir os objetivos com que se comprometeu junto da população e das instituições locais. Congratulou-se com a colocação de uma passadeira no Bairro do Calhau, para facilitar o acesso de cidadãos com mobilidade reduzida, indicando ser esta apenas uma das intervenções com que a Junta de Freguesia tem pugnado para reverter o afastamento em relação ao bairro que se prolongou durante algum tempo. Por outro lado, chamou a atenção para uma situação vivenciada no Bairro do Calhau, em que um cidadão denunciou uma questão onde não se detetou qualquer ilegalidade, através de uma petição subscrita por quinhentos cidadãos, dos quais se constatou posteriormente que apenas doze seriam efetivamente residentes no bairro, e somente cento e quarenta e um residentes na freguesia, além de se verificarem assinaturas repetidas e outras irregularidades, situação esta que será dirimida no local apropriado. Lamentando uma vez mais os factos reportados, garantiu que a Junta de Freguesia trabalha diariamente em prol de todos os cidadãos, independentemente da orientação política. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que questionou em que ponto se encontra o plano de reabilitação para o Bairro do Calhau. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que na sequência da declaração de voto proferida pelo Presidente da Mesa no ponto deliberativo anterior, classificou de mentirosa a afirmação segundo a qual existe um acordo político entre o Partido Socialista e o CDS-PP, lamentando que a figura máxima da Assembleia tenha aderido ao passatempo nacional de falar mal da vida alheia sem qualquer tipo de conhecimento de causa. A este propósito, desafiou o Executivo a divulgar, no próximo ano, quais as oito medidas de carácter social que foram efetivamente negociadas entre o CDS-PP e o Executivo, visando o interesse da comunidade local, em contraponto com a postura do PSD no ano transato, que se limitou a negociar a Mesa da Assembleia. Concluindo a sua intervenção, declarou que a ação política do CDS-PP visa fundamentalmente a freguesia e a sua população, não tendo interesse na Mesa ou em outros cargos políticos no Executivo. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que devolveu a pergunta à eleita Ana Cortes, revelando não ter conhecimento de um plano de intervenção elaborado para o Bairro do Calhau. Por outro lado, informou que na companhia do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa visitou, na semana passada, algumas instituições da freguesia, sendo uma destas a Associação de Moradores Flor da Serra, situada no



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Bairro do Calhau, onde a informação veiculada também terá sido diferente da constante da intervenção da eleita do Bloco de Esquerda, pelo que solicitou a disponibilização de qualquer plano que possa estar na sua posse, para conhecimento da Junta de Freguesia. Não deixou de reconhecer, porém, que o Bairro do Calhau carece efetivamente de algumas intervenções pontuais, destacando-se a necessidade de pavimentar o piso empedrado, um dos compromissos assumidos pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa nesta mesma visita. -----

Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Mesa** submeteu à apreciação da Assembleia a aprovação em minuta da deliberação dos Pontos n.º 1, 2, 3, 4, 5 e 6 da ordem de trabalhos, sendo aprovada por unanimidade. -----

Cerca das vinte e três horas, o **Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica** deu por encerrados os trabalhos. -----

O Presidente da Mesa

O 1.º Secretário

Pedro Amaral e Almeida

Luís Filipe Gomes Ferreira

A 2.ª Secretária

Deldina Filomena Fontes Barroso